

# Artigos

---

*Ismael Vincensi*

*André Fertig*

---

# Projetando a Nação: a ótica nacionalista de Bernardino Bormann e a escrita militar da Guerra do Paraguai\*

## Projecting the Nation: the nationalist optician of Bernardino Bormann and the military writing of the War of Paraguay

**Ismael Vincensi**

*Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e mestrando em História na Universidade Estadual de Londrina (UEL)*

**André Fertig**

*Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)*

### RESUMO

Este artigo tem por objeto a obra *História da Guerra do Paraguai*, de José Bernardino Bormann, militar que nasceu na cidade de Porto Alegre, na Província do Rio Grande do Sul, em 1844, e que participou deste conflito central da história do Brasil durante o século XIX, atuando, por exemplo, nas batalhas do cerco de Uruguaiana e Curupaiti. Nosso intento aqui é identificar as características da escrita da história produzida pelo autor, com ênfase no caráter nacionalista de sua historiografia, bem ao gosto de uma narrativa historiográfica que, em seu tempo, era vista por muitos historiadores como um instrumento para exaltar os feitos do Brasil e constituir a sua história nacional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra do Paraguai; José Bernardino Bormann; Historiografia Militar

### ABSTRACT

This article aims at the work *History of the War of Paraguay*, by José Bernardino Bormann, a military man, born in the city of Porto Alegre in the Province of Rio Grande do Sul in 1844, and who participated in this central conflict in the history of Brazil during the century, acting, for example, in the battles of the siege of Uruguaiana, and the attack on Curupaiti. Our intent here is to identify the characteristics of the author's writing, with an emphasis on the nationalist character of his historiography, as well as a writing of history that, in his time, was seen by many historians as an instrument to exalt the achievements of Brazil and to constitute its history.

**KEYWORDS:** War of Paraguay; José Bernardino Bormann; Military Historiography

---

\* Artigo recebido em 25 de fevereiro de 2019 e aprovado para publicação em 21 de maio de 2019.

## INTRODUÇÃO

José Bernardino Bormann, autor do livro *História da Guerra do Paraguai*, nasceu em Porto Alegre, na antiga província do Rio Grande do Sul, no dia 4 de maio de 1844. Sua tradição militar veio de seu pai, Wilhelm Bormann, alemão de nascimento que chegou ao Brasil para participar do Corpo de Estrangeiros criado por Dom Pedro I. Bormann assentou praça em 11 de fevereiro de 1862 e já em 1864 seguiu para a Campanha no Uruguai, partindo para a Guerra do Paraguai no ano seguinte como alferes do 5º Batalhão de Voluntários da Pátria. Ele esteve presente no sítio à Uruguiana e participou também de outras batalhas importantes no decorrer da guerra, como o combate da ilha da Redenção, no Rio Paraná, e o ataque a Curupaiti, em 1866. Foi comandante de uma bateria do Regimento de Mallet, integrada pelos Brummers, soldados mercenários alemães contratados em 1851 pelo Império brasileiro para lutar na Guerra do Prata (1851-1852), e que também atuaram na Guerra do Paraguai.

Durante a guerra, foi promovido a segundo-tenente e, posteriormente, em 1869, ascendeu à primeiro-tenente. Após o conflito, Bormann dedicou-se ao curso de estado-maior, tornando-se capitão. No ano de 1872, ele se casou com Maria Benedita Bormann da Câmara Lima, sua sobrinha, filha de sua irmã Maria Luísa Bormann. Maria Benedita foi cronista, romancista, contista e jornalista. Em 1880, Bormann foi incumbido de fundar a Colônia Militar de Chapecó, também conhecida como Colônia de Xanxerê, na então Província do Paraná. Foi promovido a major em 1885 e permaneceu diretor do povoamento por 17 anos.

Após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, Bormann foi promovido a tenente-coronel e efetivado como coronel em 1892, participando das repressões à Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Do ponto de vista de sua posição política, foi filiado ao Partido Republicano Federal, além de ter sido vice-presidente do Paraná em 1899. Em 1901, já general, foi eleito deputado estadual no Paraná. Como era general de divisão, comandou a 3ª Região Militar, que abrangia o Rio Grande do Sul, e, em 1909,

foi nomeado chefe do Estado-Maior, tendo assumido o Ministério da Guerra durante o governo de Nilo Peçanha, cargo que ocupou até 15 de novembro de 1910, quando teve início o governo do Marechal Hermes da Fonseca. Em 1911, Bormann foi nomeado ministro do Superior Tribunal Militar. Exonerou-se em 6 de fevereiro de 1912.

Possuía as medalhas da Campanha do Uruguai, do Mérito Militar e da Campanha do Paraguai, a Medalha Comemorativa da Rendição de Uruguiana, e de distinção por serviços prestados à humanidade e a de Ouro por Serviços Militares. Foi membro e presidente do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Paraná, e também um dos fundadores e vice-presidente do Aeroclube Brasileiro, criado em 1911, no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. É patrono da cadeira nº 4 da Academia de Letras do Paraná, e da cadeira nº 31 do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Faleceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1º de junho de 1919.

Em sua escrita da história, Bernardino Bormann nos apresenta uma visão heroica e patriótica da participação brasileira na guerra. Além disto, nos moldes de uma narrativa tradicional, produziu uma narrativa de eventos do conflito bélico, compreendendo a história como uma sequência linear e cronológica de acontecimentos.

O historiador alemão Reinhart Koselleck caracterizou essa narrativa como aquela que produz uma ficção do factual, visto que, embora o historiador pretenda relatar os eventos “como realmente aconteceram”, sua representação do evento e das ações humanas no passado, como não poderia deixar de ser, jamais é idêntica ao que aconteceu e, mais do que isso, pelo caráter da narrativa, é impregnada de valores do historiador, produzindo um texto que se aproxima do ficcional.

Neste sentido, como percebemos por intermédio da reflexão teórica de Koselleck, o historiador, no lugar de recuperar a realidade do passado, produz uma representação que possui traços de ficcionalidade:

O intervalo temporal força o historiador a fingir a realidade histórica, sem falar do “acontecer”

de alguma coisa. Ele estava obrigado a servir-se basicamente dos meios linguísticos da ficção para apoderar-se de uma realidade cuja atualidade já havia desaparecido (KOSELLECK, 2006, p. 256).

Quanto às narrativas historiográficas sobre a Guerra do Paraguai ao longo do tempo, podemos ressaltar três vertentes historiográficas. A primeira delas pode ser entendida como a historiografia tradicional, da qual Bernardino Bormann faz parte. Esta escrita apresenta um apelo ao patriotismo e ao nacionalismo em suas produções.

A segunda tendência historiográfica se estabeleceu com força nas décadas de 1960 e 1970, influenciada teoricamente pelo marxismo. Tal vertente explicativa dava um peso explicativo muito forte ao imperialismo europeu do século XIX, salientando o suposto papel predominante da Inglaterra no conflito. Por último, nas últimas décadas, por volta da década de 1990, a partir de pesquisas produzidas em âmbito acadêmico, uma nova historiografia militar, influenciada pela história social, antropologia, entre outras inspirações teórico-metodológicas, tem compreendido a Guerra do Paraguai como um conflito inserido no contexto histórico de formação dos Estados Nacionais na região do Prata nos oitocentos, oferecendo um destaque aos Estados como atores políticos de primeira linha durante o conflito, retirando da análise histórica a relevância dos nacionalismos exacerbados e também o suposto maquiavelismo dos interesses ingleses como causadores do conflito e fatores determinantes da explicação histórica.

A partir da análise historiográfica da obra de José Bernardino Bormann, vimos que este atribui as causas do conflito a raízes que remetem ao ditador da província de Bueno Aires, Juan Manuel Rosas e à Guerra do Prata. Segundo Bormann, era desejo do “ditador” Rosas tomar posse do Estado Oriental, atual Uruguai, e do Paraguai. Em 1851, o Brasil aliado a facções políticas contrárias a Rosas, declara guerra ao ditador, tendo o conflito acabado no ano seguinte, com a fuga de Rosas para a Inglaterra após a batalha de Monte Caseros.

## O PERÍODO DA ESCRITA

O século XIX representou um momento privilegiado de desenvolvimento da literatura histórica, um período de constituição dos Estados-Nação, as produções ora eram usadas como instrumento de afirmação política do próprio Estado, ora pelos eventos revolucionários que abalaram grandes nações na primeira metade do século. Com os processos de independência na América Latina, os Estados foram marcados pela necessidade de construir a nação, ou seja, não eram ou não desejavam ser mais espanhol ou português, as identidades nacionais inexistiam e, portanto, precisavam ser criadas. Com isso, somente a partir da metade do século XIX é que as classes letradas começaram a preencher algumas lacunas do sentimento nacional.

Do passado colonizador e de suas fronteiras internas, uma das tarefas mais difíceis a serem realizadas pelos intelectuais nacionalistas engajados era desconstruir as diferenças. Neste sentido a proliferação de obras escritas colaborou para constituição da “nação por dentro”. O trabalho dos homens de letras latino-americanos buscava promover o processo de unificação linguística, acelerando o esquecimento de tudo aquilo que não se encaixava em um projeto de nação proposto pelo Estado. Escritores nacionalistas defendiam a unidade e continuidade de um ser (OLIVEIRA, 2009, p. 114).

As histórias [nacionais], narrativas produzidas a partir de escolhas políticas do Estado, constituíram-se em fontes e instrumentos generosos para a oratória nacionalista. Elas contribuíram para a elaboração de identidades, na constituição de comunidades e no preenchimento dos territórios: mediante a narrativa histórica, foram formuladas representações de continuidade e evolução temporal, instituindo identidades “por meio da memória, e inseridas, como determinação de sentido, no quadro de orientações da vida prática humana” (RÜSEN, 2001, p.67).

Na América Latina do século XIX, a literatura foi uma expressão desse uso político a serviço da construção da nação. Para o período, a boa literatura era aquela

que, conforme o padrão descritivo-realista, apelasse ao sentimentalismo e se revelasse acessível a interpretações engajadas, a obra literária funcionava como aparelho ideológico do Estado e sua construção nacional. Grande parte desta primeira historiografia latino-americana considerava as identidades nacionais como dados ontológicos, e as nações, como entidades sociais originárias, que estiveram presentes desde o período pré-colonial para alguns, desde a colônia para outros ou, mais frequentemente, desde as suas independências. Esta historiografia, em suma, a partir da segunda metade do século XIX, produziu uma forma de conhecimento que foi “monumentalizado”, com “o discurso sobre a nacionalidade” se transformando na “própria história” (WASSERMAN, 2011, p.96).

O século XIX foi o século da história e do romance. “Revelar o mundo”, para os grandes romancistas, foi perceber seu caráter inédito. Nesse sentido, o período encravado entre a “Revolução e a Restauração” (1789-1812), viu surgir uma dupla evidência: “a da história, concebida como processo, levada por um tempo ator, e vivida em modo de aceleração”, e a do romance, “convocado a revelar esse novo mundo” em seus detalhes (HARTOG, 2017, p.127).

No Brasil o Estado procurou elaborar um padrão oficial de cultura, para, em seguida, controlar o seu processo de produção. Exemplo disso é a criação do Colégio Imperial Pedro II, em 1837, e a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838. Segundo Haidar, a principal função do colégio seria o de “normalizar o ensino no Brasil, até então disperso em aulas avulsas nas mãos de iniciativas privadas” (HAIDAR, TURIN, 2015, p. 302), visando uma preparação de uma classe letrada com perfil específico, que em seguida assumiria funções burocráticas no governo. Com o surgimento do IHGB, o intuito era de que ele fosse criado para se tornar a principal instância de delimitação e legitimação do espaço autorizado à escrita da história nacional. Para José Bernardino Bormann, a história deveria “ocupar-se da humanidade”, definida com “espírito edificador”, presente nas realizações de grupos e indivíduos. As-

sim, partindo do infinitamente pequeno, seria possível atingir “o infinitamente grande”, de “uma ou mais individualidade” poderia se “alcançar a humanidade”.

A partir da segunda metade do século XIX, outras ideias se aliaram a esse processo de construção da nação no Brasil e, entre elas, destacamos, o positivismo e o evolucionismo. A Escola Militar e Escola Central, ambas sediadas no Rio de Janeiro, foram os centros mais importantes de proliferação dessas doutrinas, colaborando na formação intelectual da classe média e burguesia urbana, que ao final do século assumiram as rédeas da cultura. O ecletismo, olhar que produziu “as mais extensas e profundas raízes na alma brasileira” do período, é a postura predominante entre os autores veiculados pelos periódicos, determinando a forma de apropriação de correntes de pensamento com o evolucionismo, o positivismo e o materialismo. Neste caminho, uma nova leva de escritores, formada por militares, médicos e engenheiros passaram a ingressar na literatura nacional inspirados nas ideias evolucionistas e nas ciências naturais.

Para os membros do IHGB, escrever a história constituía uma atividade que extrapolava em muito a simples reunião de indícios do passado. Temistocles Cezar reforça esse entendimento ao escrever que o “plano de historicidade gestado pelo IHGB compreende a uma história *magistra vitae* promotora de exemplo, de modelos a serem seguidos” (CEZAR, 2003, p.74). O objetivo das produções fomentadas pelo IHGB era de “criar o exemplo, o exemplar, integrado à retórica da nacionalidade, discurso historiográfico e político persuasivo desenvolvido ao longo do século XIX, tanto no IHGB como fora dele, tanto na história como na literatura” (CEZAR, 2003, p. 75).

Bormann, que pode ser incluído nesse contexto dos escritores românticos brasileiros do período, em sua obra remete, muitas vezes, ao modelo de narrativa historiográfica do período clássico. A Guerra é definida como um conflito constituído de “acontecimentos e condutas que compõem um período épico de nossa história”, um momento glorioso do passado (BORMANN, 1897, p. 4). No que se diz respeito aos acontecimen-

tos relacionados ao longo dos três volumes *História da Guerra do Paraguai* predomina um critério cronológico.

O volume 1, começa com a invasão paraguaia aos domínios brasileiros no Mato Grosso e Rio Grande do Sul e vai até os primeiros confrontos e bombardeios à Fortaleza de Humaitá e a nomeação de Caxias como chefe das forças nacionais, passando também pelas batalhas do Riachuelo e Curupayti. O volume 2 tem início em Tuyuyí e segue até a fuga de López para a fortaleza de Cerro-León, passando pela Retirada de Laguna e a libertação do Mato Grosso. O volume 3 e último inicia com a tomada de Assunção, capital paraguaia e a exoneração de Caxias até a perseguição e cerco ao que restou das forças de Solano Lopez em Cerro Corá e sua morte.

## **NARRATIVA NACIONAL**

Bormann cita um grande apoio do Brasil ao Paraguai após o conflito com Rosas, enviando oficiais e meios para a nova estruturação do Exército e Estado paraguaio. Ele narra ainda a viagem de Solano López à Europa para estudar assuntos militares, bem como a ida de oficiais europeus para atuar no Paraguai.

À medida que o Paraguai se fortalecia, de acordo com Bormann, tal país ia se distanciando do Brasil, diminuindo suas relações diplomáticas e, inclusive, ocorrendo as primeiras tensões entre os dois países. Visto que chegar à Província do Mato Grosso, desde o Sudeste do Brasil, no século XIX, só era possível por via fluvial, ou seja, passando pelo Paraguai, José Bernardino relata missões diplomáticas enviadas pelo Império do Brasil para garantir esta passagem dos brasileiros pelo Prata:

Mas as missões diplomáticas ali enviadas ou nada conseguiam ou então muito pouco para dar às comunicações o caráter de segurança indispensável e assim é que, por mais de uma vez, razões poderosas se apresentaram para, por parte do nosso país, romperem-se as relações com esse vizinho (BORMANN, 1897, p. 8, Vol.1).

Para Bormann, o fato de o Brasil ser a única monarquia entre seus vizinhos da América do Sul dificultava a relação com outros governos, fazendo com que muitas vezes os interesses do Brasil fossem prejudicados, como no caso da abertura da navegação do Rio Paraná para outros países, principal meio de chegada para a Província do Mato Grosso. Bormann critica ainda a passividade das políticas internacionais do Brasil por termos, na época, segundo ele, “estadistas pouco comprometidos com a situação na região”.

A posição diplomática do Império do Brasil somente se modificou, para Bormann, após seguidos fracassos diplomáticos, quando o Visconde do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos, conseguiu assegurar a navegação e abrir o Rio Paraguai ao comércio universal. Todavia, as tensões em razão dos limites territoriais ao sul da Província do Mato Grosso não foram resolvidas e fariam parte, como sabemos, das discussões e disputas durante e após o conflito bélico.

Seguindo nossa análise da narrativa de *História da Guerra do Paraguai*, o autor salienta que em 1862 Francisco Solano López tomou posse do governo paraguaio e passou a organizar as Forças Armadas do seu Estado. Mandou vir da Europa novos armamentos, contratou oficiais, engajou operários e comprou máquinas. Bormann atribui aos projetos de López um caráter expansionista, como podemos perceber no seguinte trecho:

Então os projetos ambiciosos de conquista, de anexação que tanto entretinham a cálida imaginação dos estadistas argentinos, era o ponto de apoio da política do Paraguai, há poucos anos, fraco, receoso de sua vizinha a República Argentina. Mas, se o Brasil foi para o ditador Rosas um obstáculo a sua política de conquistas, era também um terrível entrave para os projetos do governo paraguaio que cobiçava as províncias de Corrientes e Entre-Rios, pelo menos, e o sul de Mato-Grosso, como já dissemos, e assim aquele governo marchava cauteloso espreitando um momento favorável (BORMANN, 1897, p. 9 Vol. 1).

Já ao focar o início da guerra, Bormann afirma que tanto o Brasil como a Argentina não possuíam um Exército regular e nem meios de enfrentar um Exército superior, como o paraguaio. Segundo ele, López sabia dessa brecha e se valeu desse fato para dar início ao conflito. Apesar de nossa Marinha ser superior, os combates seriam travados em águas escolhidas por López e que, além disso, possuía o apoio de baterias de artilharia em solo. O primeiro ato contra o Brasil, na visão de Bormann, foi o apoio dado pelo governo paraguaio ao Estado Oriental, atual Uruguai.

Em 30 de agosto de 1864, o Paraguai lança uma nota diplomática dirigida ao ministro brasileiro Cesar Sauvan, informando que qualquer invasão ao território uruguaio implicaria num ato de desequilíbrio entre as forças do Prata, e que o Governo paraguaio não teria responsabilidades pelas consequências que viriam em caso de uma ofensiva do Império do Brasil. O Governo brasileiro, segundo Bormann, dispensou importância às notas do Paraguai, enviando assim, por meio fluvial, através do Paraguai, até a Província do Mato Grosso, o então Presidente da Província, o Coronel Frederico Carneiro de Campos, no Vapor *Marquês de Olinda*.

Bormann produz uma narrativa minuciosa com o intuito de narrar os eventos, por exemplo, ao focar o início da guerra, quando escreve que, pouco após suspender âncora em Assunção em direção ao Mato Grosso, o vapor brasileiro foi abordado por um navio de guerra paraguaio, fazendo com que toda a tripulação fosse feita prisioneira. Este ato, segundo o autor, dava início à Guerra do Paraguai.

O vapor suspendeu ancora e partiu do porto d'Assumpção em demanda de Mato Grosso; mas pouco adiante da capital paraguaya foi abordado por um vaso de guerra preso o presidente, tripulação e passageiros, e chegado de novo á capital, o governo declarou o nosso navio *bôa presa* (BORMANN, 1897, p.10 Vol.1).

Bormann, ao procurar recuperar os fatos da guerra, que afirma ser "a mais cruel luta

que já ocorreu na América do Sul" (BORMANN, 1897, p. 46 Vol. 1), atribui um caráter patriótico aos personagens que protagonizaram o conflito, produzindo uma versão heroica a respeito dos militares que lutaram pela Tríplice Aliança. Minimizando possíveis erros de estratégia militar, a narrativa de Bormann "carrega suas tintas" em elogiar o altruísmo, a abnegação e a coragem patriótica dos soldados brasileiros:

A alma, ás vezes, vibrante de patriotismo e entusiasmo, procura abrigar, sob suas azas, esses erros e voar com eles até as regiões em que se libram as inspirações sublimes da ciência da guerra; mas, como não ser assim, se esses erros produziram colossos de heroísmo, plêiades de homens, cuja coragem, abnegação e valor são quase sobre humanos?! (BORMANN, 1897, p.46 Vol.1).

O autor ainda faz referência a outros colegas militares que escreveram também sobre a guerra, dentre eles Emílio Carlos Jourdan, discordando, em algumas questões, acerca do seu relato do conflito. Como eram dois historiadores militares que produziram suas narrativas em um mesmo contexto, logo após o conflito, eles compartilhavam, em linhas gerais, o mesmo conceito de história, que salientava o caráter nacional da narrativa e a idealização de heróis. No entanto, Bormann critica o texto de Jourdan, questionando sobre a forma como ele retratou os eventos e principalmente a maneira como representou Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

Ou seja, mesmo sendo historiadores muito próximos em suas visões acerca da história e como ela deveria ser escrita, cada um construía a sua versão do acontecido e dos protagonistas objetos de suas narrativas.

Bormann destaca uma passagem quando ocorre um ataque a uma base de operações de Solano López próximo a Humaitá, um depósito de provisões, único na margem esquerda do Rio Paraguai, que recebia provisões do interior e era de valor estratégico para os paraguaios e que, após duras lutas, foi conquistado, afirmando que Jourdan "aprecia muito erradamente esse importan-

te feito das armas”, e que trabalhos posteriores recuperariam a “verdade histórica”, minimizando tal evento:

Suas fortificações consistiam como as do quadrilátero em valas e parapeitos de terra; no dia 19, pela grande enchente, corria água nas valas. Achavam-se assestadas 10 bocas de fogo, as mais peças não estavam montadas. A guarnição era de 400 homens. Com a subida da flotilha encouraçada os navios inimigos se haviam refugiado no porto do fortim e por isso assistiram ao ataque que se deu, e que era inesperado naquele ponto. **ao qual Lopez somente ligava uma importância secundária; tanto mais que era inteiramente isolado de Humaitá** (grifo nosso) com quem se comunicava pelo Arroyo-Hondo por meio de canoas (BORMANN, 1897, p. 46 Vol. 1).

No próximo capítulo, e em boa parte do final do segundo volume, Bormann interroga mais uma vez Jourdan por apresentar, em sua narrativa, “inverdades”, agora sobre movimentações militares organizadas por Caxias no ataque a Itororó. Para Bormann, as críticas de Jourdan a Caxias eram um ato antipatriótico, o que indicava que Jourdan teria pactos com estrangeiros detratores de Caxias e as armas do Brasil. Esta preocupação pode ser conferida também como uma das marcas da construção nacional e da historiográfica do momento:

O Sr. Jourdan é brasileiro, teve a honra insigne de ser comandado pelo imortal duque de Caxias; como se explica, pois, essa pretensão de querer deprimir a gloria militar mais pura e brilhante do Brasil, ao cabo de guerra que honraria aos exércitos mais valentes das velhas nacionalidades europeias? Não acha que não lhe fica bem ter pacto de aliança com os estrangeiros detratores do imortal brasileiro? (BORMANN, 1897, p.208 Vol.2).

No terceiro volume do livro de Bormann, podemos perceber toda a exaltação profe-

rida a heróis e eventos bélicos nos quais o Império do Brasil e os aliados obtinham vitórias. Por outro lado, o retrato da população civil paraguaia, chamada, por vezes, de “súditos de um tirano” articulava-se a uma versão de que o Paraguai teria se transformado em propriedade de López:

Assim, para justificar essa conduta é preciso que a pátria se tenha transformado em propriedade de um déspota como o marechal Lopez e que a liberdade e todos os direitos dos cidadãos tenham sido extorquidos em benefício do tirano (BORMANN, 1897, p.35 Vol.3).

Mais uma vez na busca de uma narrativa patriótica e carregada de apelos heroicos, Bormann narra outra batalha na campanha do Paraguai. Ao tremular a bandeira do 23º Regimento de Voluntários da Pátria no para-apeito das linhas de trincheira paraguaia em Peribebeú o autor nos coloca:

Um troço de inimigos procura arrebata-la e então ao redor do símbolo sagrado trava-se luta terrível, porque um punhado de bravos defende-o, sustentado pelo heroico oficial, de cujo corpo brota o sangue de cinco gloriosos ferimentos (JOURDAN, 1890, p.63, Vol.3).

Já ao abordar o final da luta dos aliados contra López, Bormann possui um estilo narrativo que se aproxima de uma literatura de caráter poético, com o intuito, obviamente, de tentar sensibilizar o leitor acerca do combate e derrota final de Solano López:

De sua fronte transuda bagas de suor; suor de morte, bagas frias, regeladas. Seu rosto está cadavérico. Pensará poder salvar-se? Não porque ele sabe que semelhante as presas de áspide cuja mordedura é mortal, a arma, esse ferro terminado em meia-lua, como a lança de um moiro, que lhe penetrara as vísceras, ali depositara os gergens da morte que se desenvolviam á cada instante e em breve o fariam tombar para sempre (JOURDAN, 1890, p.137, Vol.3).

O autor, ao concluir suas considerações na obra, busca mais uma vez retratar o sentimento patriótico dos soldados brasileiros, fazendo menções a aliados, mas buscando antes de tudo, a exaltação patriótica característica de sua narrativa, essa narrativa que será produzida e divulgada institucionalmente pelo IHGB – Instituto História e Geográfico Brasileiro –, e que será referência da historiografia brasileira no oitocentos. Apesar de afirmar que “o povo brasileiro” sentia simpatia pelos paraguaios, Bormann justifica a guerra em razão das agressões sofridas pelo Brasil:

Sempre o povo brasileiro sentiu pelo paraguaio sinceras simpatias como atestam os factos; mas, ante a agressão brutal do ditador, ante o solo brasileiro profanado, ante os atos mais revoltantes n'ele praticados, ante os ultrajes á bandeira auri-verde; só restava aos cidadãos que têm para símbolo de sua pátria essa sagrada insígnia, atirar-se á luta com a resolução de vencer ou morrer n'ela (JOURDAN, 1890, p.145, Vol.3).

A escrita da história de Bormann ainda é tributária da concepção e modelo de história produzida no Brasil dos oitocentos a partir do IHGB. Segundo Manoel Luís Salgado Guimarães, com a criação do IHGB, em 1838, se criou e aos poucos se fortaleceu a concepção de que a história do Brasil deveria ter a função de auxiliar na construção de uma imagem para a Nação. Fazia parte dessa perspectiva historiográfica, como vemos em José Bernardino Bormann, afirmar o caráter do Brasil como representante da ideia de civilização na América do Sul. Como percebemos, houve uma ênfase em expor o país vizinho, no caso o Paraguai, como um Estado atrasado, constituídos de bárbaros e governados por um tirano e ditador Solano López.

O papel “civilizatório” do Império do Brasil deveria produzir também um grande impacto na autoafirmação nacional, pois, como já foi visto, o conflito baseava-se em levar “a civilização” aos “bárbaros”:

Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta

sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa (GUIMARÃES, 1988, p.6).

Sendo assim, em suma, instituir uma periodização e um encadeamento dos acontecimentos à brasileira significava, no campo historiográfico produzido principalmente por militares, mas não somente, narrar ou explicar a fundação do Brasil a partir do ponto de vista nacional.

No objeto historiográfico aqui em questão, a Guerra do Paraguai era um evento privilegiado para cumprir uma função inestimável na percepção dessa historiografia militar tradicional: estimular nos futuros brasileiros, desde o pós-Guerra, a constituírem uma memória positiva do evento, estimulando a construção de um até então incipiente sentimento nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a escrita da história, da qual Bormann é um típico representante, possuía as principais características da história tradicional conceituada por Peter Burke e citada por nós no início deste artigo. Tratava-se de uma história factual, com a pretensão de alcançar e produzir um relato objetivo dos acontecimentos. Além disso, tal narrativa privilegiava a cronologia linear e, quanto ao tempo histórico proposto pelos historiadores, a ênfase recaía no relato factual do tempo curto e na ação individual de sujeitos impregnados de sentimento nacional e supostos valores sobre-humanos. E, como fizemos questão de destacar ao longo do texto, o objetivo principal da mesma historiografia era estimular no leitor ou estudante de história o sentimento nacional.

Com tal intenção, como era usual, a construção de personagens heroicos foi sempre um resultado dessa narrativa tradicional que, tendo como conceito de história a “história como mestra da vida”, pensava o passado como referência e tributário de ensinamentos e exemplos para o presente e futuro. Neste sentido, o destaque que a

narrativa oferece a personagens históricos como Manuel Luís Osório (Marquês do Herval) e Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias) são bem ilustrativos do conceito de história que orientava a produção historiográfica de Bormann.

A partir da obra de José Bernardino Bormann, tivemos o intento de refletir acerca do

conceito de história e os fins políticos de uma narrativa historiográfica militar que, logo após o conflito, ainda com um cunho memorialístico, produziu as primeiras versões que, durante boa parte do tempo, e ainda hoje, foram e são consideradas por muitos como “as melhores explicações e a verdade histórica” sobre a Guerra do Paraguai.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORMANN, José Bernardino. *História da Guerra do Paraguai*. V. 1, 2, 3. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1897.

BURKE, Peter. *A Escrita a história: novas perspectivas / Peter Burke (org.)*; tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992 (Biblioteca básica).

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

CEZAR, T. Livros de Plutarco: biografia e escrita da história no Brasil do século XIX. *MÉTIS: história e cultura*. v. 2. n. 3, p. 73-94. jan/jun, 2003.

CHIAVENATO, José Júlio. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Moderna, 1998.

DORATIOTO, Francisco. *O conflito com o Paraguai: a grande guerra do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Ática, 1996.

\_\_\_\_\_. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2002.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Vol 5. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

FERTIG, André e GRUNDLING, Guilherme. *O General Câmara na Guerra do Paraguai através de suas correspondências*. Estudos Históricos, Rivera, v. 1, 2013.

FERTIG, André e VINCENSI, Ismael. A escrita da história militar da Guerra do Paraguai: o exemplo de Emilio Carlos Jourdan. *Navegador*, Rio de Janeiro, v. 11, p. 123-132, 2015.

GELLER, O. E. José Bernardino Bormann, José Ignacio Garmendia e Juan Crisóstomo Centurión e a constituição da narrativa da Guerra do Paraguai. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. UFPR. Curitiba, 2018.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro, Estudos Históricos 1(1) 1988.

HAIDAR apud TURIN, R. *A prudência dos antigos: figurações e apropriações da tradição clássica no Brasil oitocentista. O caso do Colégio Imperial Pedro II*. Anos 90: Porto Alegre, v. 22, n. 41, jul. 2015.

HARTOG, F. *Crer em história*. Tradução: Camila Dias. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

JOURDAN, Emílio Carlos. *Guerra do Paraguai*. Vol 1. Rio de Janeiro: Typographia de Laemmert, 1890.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

OLIVEIRA, L. E. Nações em confronto: as histórias literárias e as literaturas comparadas no século XIX. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n. 14, 2009.

POMER, Leon. *A guerra do Paraguai, a grande tragédia rioplatense*. São Paulo: Global, 1980.

RÜSEN, J. *Razão histórica: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: UNB, 2001.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_, Ricardo. Memórias de guerra: Guerra do Paraguai e narrativa nacional. In. *História*. São Paulo, 1997, vol. 16, pág. 131-155.

WASSERMAN, C. A primeira fase da historiografia latino-americana e a construção da identidade das novas nações. *História da historiografia*, Ouro Preto (MG), nº 7, nov./dez. de 2011.

